ATA N.º 15/2025

**ATA DA REUNIÃO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE
VALENÇA REALIZADA NO
DIA 24 DE JULHO DE 2025.**

- - - Aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano dois mil e vinte e cinco, nesta cidade de Valença e no Edifício dos Paços do Concelho de Valença, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Valença sob a presidência de José Manuel Vaz Carpinteira e com a presença dos Vereadores Manuel Rodrigues Lopes, José Manuel Temporão Monte, Ana Paula Vaz Almendra Xavier, Elisabete Maria Lourenço de Araújo Domingues, Arlindo Amorim de Sousa e Rui Filipe Fernandes Rodrigues.

Secretariou a Chefe da Divisão Administrativa Geral, Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus. E, tendo tomado os lugares que lhes estavam destinados, declarou-se aberta a reunião pelas dez horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Iniciado o período antes da ordem do dia, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, após as saudações protocolares, passou a palavra aos senhores Vereadores para as suas intervenções.

Usou da palavra o Sr. Vereador José Monte, que após as saudações protocolares, voltou a referir-se à realização do Festival Contrasta, dizendo que, na sua opinião nada tem de festival mas sim de concertos. Na sexta-feira, dia de início do Festival, deu uma volta pelos estabelecimentos hoteleiros e constatou que não havia movimento para além do habitual. Na sua opinião, o festival IKFEM, é um já um evento consolidado, é uma marca, é algo diferente no projeto da Eurocidade, e embora o público seja, maioritariamente, espanhol, traz sempre algo positivo e consegue envolver um pouco a comunidade valenciana. De novo voltou a perguntar para quando o arranjo do Parque do Infantil do BPI. De seguida referindo-se ao projeto transfronteiriço do INEM, perguntou que andamento tem tido, se já está operacional, que resultados e relatórios.

A T A N.º 15/2025

Disse, ainda, que no início do ano se anunciou, com pompa e circunstâncias, a existência de um autocarro elétrico, que iria circular entre Valença e Tui e até ao momento não se vê nada. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal agradeceu a intervenção e relativamente aos dois festivais referidos disse que, de facto, elevam o nome de Valença, tendo públicos diferentes, como é óbvio. O festival Contrasta traz mais gente, mas o IKFEM é importante na cooperação transfronteiriça. Na sua opinião são dois festivais em que se deve apostar, não só em termos culturais, mas também para divulgar Valença. Relativamente ao Parque Infantil da Estação, junto do BPI, como já referiu por diversas vezes, tem um projeto mais ambicioso para recuperar todo o parque, só ainda se iniciou por questões orçamentais. Nesta fase só foi possível substituir algumas peças, mas logo que possível avançará sendo todo ele reformulado. Relativamente à questão do INEM Transfronteiriço, de facto, nunca funcionou. Foi lançado aqui em Valença, com a assinatura do memorando de entendimento para a criação do primeiro serviço de emergência médica interregional entre Portugal e Espanha, o serviço “112 Transfronteiriço”, um projeto-piloto a implementar nas Regiões Norte e Galiza, e que envolve o INEM e a instituição homóloga galega, a AXEGA. Espera que, um dia possa avançar, mas tem havido problemas burocráticos no sentido de colocar este serviço ao apoio das populações transfronteiriças. A AECT Rio Minho está a pressionar o INEM para dar uma resposta mas também a instabilidade que tem havido nesta entidade não tem permitido que respondam atempadamente a esta questão. Relativamente ao autocarro elétrico, ele só não funciona porque o concelho de Tui, que tem a responsabilidade de colocar o autocarro, ainda não o fez. Este projeto está integrado no programa Rede_Gov_Minho e é cofinanciado pelo Interreg VI-A Espanha-Portugal, daí que terá que estar concluído até ao final do presente ano sob pena de se perder o financiamento. _____

A Sra. Vereadora Elisabete Domingues, após as saudações protocolares, referindo-se ao Festival Contrasta, disse ter estado presente e ter gostado, e perguntou como é feita a organização do festival e quais são os valores envolvidos nessa organização. _____

O Sr. Presidente da Câmara agradeceu a intervenção da Sra. Vereadora, e disse que não

A T A N.º 15/2025

tem presente os valores, mas que os contratos podem ser consultados no portal gov.pt. O Município de Valença celebra um contrato com a Ritmos para a realização do Festival Contrasta, sendo da responsabilidade do prestador do serviço a contratação dos artistas, conforme o que consta nas cláusulas técnicas do caderno de encargos, assim como os custos de produção, serviços de imagem, comunicação, alojamentos, licenças dos direitos de autor, entre outras. O Município garante, entre outros, o palco, som, luz, camarins, corrente elétrica e segurança. _____

A Sra. Vereadora Elisabete Domingues referiu que só tem pena que a Ritmos tenha registado a marca “Contrasta”, já que é a designação antiga de Valença e, como tal estamos “reféns” deste prestador de serviços para a organização deste festival. _____

O Sr. Presidente da Câmara disse que, efetivamente é a Ritmos a titular da marca “Festival Contrasta”, assim como de outros festivais que se realizam pelo país. _____

O Sr. Vereador Manuel Lopes, após as saudações protocolares, voltando a referir-se a um cidadão dinamarquês que habita neste Concelho e que vai entupindo os serviços da Câmara, da CCDR, da APA, entre outros, com pedidos e considerandos sem sentido, e por isso quer deixar aqui dito, e se possível que seja levado ao conhecimento desse cidadão, que se não está bem na terra que o acolheu, que regresse para a terra dele. Não somos asilo de ninguém para nos incomodar. E se vem para aqui com essas intenções, torna-se uma “*persona non grata*”, não estamos cá para o aturar e que regresse para a Dinamarca. Pode dar-se conhecimento disso a esse senhor. De seguida disse que teve conhecimento da visita de uma delegação da Unesco à Fortaleza e perguntou se fez alguns os reparos, nomeadamente, quanto aos bancos/floreiras de cimento, tal como o fez no dia 18 de fevereiro o Professor Dr. Sampaio da Nóvoa ao referir que a Fortaleza de Valença não precisa de flores, mas sim de a conservar para que venha a ser património da Unesco. Em terceiro lugar, disse que, enquanto executivo camarário, têm responsabilidades acrescidas em tudo aquilo que vêm, fazem ou tomam conhecimento. Posto isto, disse ter conhecimento, tal como os Srs. Presidentes da Junta de Freguesia, que existem viúvas e viúvos no nosso concelho, e não só, mas também no país todo, que após a viuvez vivem em comunhão de facto com outra pessoa e continuam a receber a meia pensão do falecido/a. Sabe de algumas situações, inclusive nesta casa,

A T A N.º 15/2025

de funcionários que faleceram e que as esposas continuam a receber a pensão de viuvez e que vivem há 5, 10, 15, 20 anos, com um novo companheiro/a e continuam a sugar a Segurança Social ou a Caixa Geral de Apresentações. Isto é uma fraude. E como tal, tem que ser denunciada. É necessário denunciar estas situações porque ao termos conhecimento e nada fazer está-se a contribuir para esta ilicitude. Solicitou aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia que estejam mais atentos quando os fregueses vão solicitar atestados para irem buscar a apoios, nomeadamente, à Câmara Municipal. Posto isto, denunciou uma situação de um antigo funcionário da Câmara Municipal, já falecido, e cujo cônjuge vive em união de facto com outra pessoa e continua a receber a pensão de viuvez. Solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que tenha isso em atenção, que se certifique da situação.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal agradeceu a intervenção do Sr. Vereador e, relativamente à última questão abordada, disse admitir que possam existir situações similares à descrita, embora desconheça. Nas situações em que alguém solicita, aos serviços municipais, apoio social, os técnicos municipais analisam os documentos instrutórios do procedimento e, se necessário, solicitam elementos complementares. No tocante à visita de um perito, enviado pela Unesco, esta tem como objetivo recolher elementos para a apresentação de um relatório àquela entidade e, como tal, não houve qualquer pronúncia prévia. Espera-se que o apresente até final do mês de agosto.

O ponto n.º4 – Habitação Degradada – atribuição de apoio foi retirado da agenda de trabalhos para que os técnicos das obras possam analisar melhor o orçamento apresentado.

Findas as intervenções passou-se ao período da ordem do dia.

ORDEM DO DIA

PONTO 1 – APROVAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES DE CÂMARA DE 26 DE JUNHO E 10 DE JULHO DE 2025 – Aprovado por unanimidade.

O Sr. Vereador José Monte não participa na votação da ata do dia 10 de julho por não ter estado presente na reunião.

A T A N.º 15/2025

PONTO 2 – AFAR – ASSOCIAÇÃO DAS FORTALEZAS ABALUARTADAS DA RAIA – CONSTITUIÇÃO E ESTATUTOS – Acerca do assunto foi presente a informação técnica da Chefe de Unidade de 4.º Grau de Património Arquitetónico e Arqueológico, datada de 17 de julho corrente que aqui se reproduz para todos os efeitos legais.

“INFORMAÇÃO TÉCNICA
DIVISÃO DE URBANISMO E PLANEAMENTO
UNIDADE DE PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO

Assunto: Proposta de Estatutos para a constituição da “Associação das Fortalezas Abaluartadas da Raia”, no âmbito da Candidatura a Património Mundial da UNESCO.

Valença, 17 de julho de 2025

Considerando que:

a) A candidatura em série das “Fortalezas Abaluartadas da Raia” composta pelas três fortificações (Fortaleza de Valença, Praça-forte de Almeida e Fortaleza de Marvão) mais representativas e mais importantes na defesa da linha de fronteira, constituindo obras especialmente significativas do Valor Universal Excepcional do Bem, pelos seus atributos e características, associados à sua autenticidade e integridade;

b) Que o Bem proposto em conjunto pelos Municípios de Almeida, Marvão e Valença para figurar na Lista do Património Mundial da UNESCO, de acordo com os Parágrafos 129-132 das “*Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial*”, pressupõe a coordenação transversal dos objetivos comuns entre Parceiros, mantendo-se cada um como responsável pela preservação do Sítio no seu território, de acordo com a legislação em vigor;

c) Que se trata de um Bem em série, implicando diferentes administrações e pessoas coletivas com interesses comuns, atual ou futuramente associadas, dispondo de capacidade para contribuir para a preservação do Bem em série no conjunto dos seus sistemas componentes, conservando os seus valores, atributos e características, assim como para a requalificação e valorização dos mesmos como recursos de primeira ordem;

d) O interesse de pessoas coletivas portuguesas ou espanholas, físicas e jurídicas, em se associarem para os fins e objetivos estabelecidos nesta Associação e, fundamentalmente, para garantir a gestão sustentável do Bem “*FAR - Fortalezas Abaluartadas da Raia*”;

e) A oportunidade e a exigência, derivada das ditas Convenções, de elaborar, aprovar e colocar em prática um Plano de Gestão, que garanta objetivos comuns e o desenvolvimento do Bem como um

A T A N.º 15/2025

todo, promovendo ações para a sua proteção, conservação e requalificação, e para o seu conhecimento, difusão, melhor aproveitamento, monitorização e manutenção sustentável, de acordo com as diretrizes específicas da UNESCO e os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

f) Que o objetivo principal do Plano de Gestão será a preservação desses conjuntos e sua valorização, de acordo com as Leis e Normas aplicáveis bem como com as recomendações, cartas patrimoniais, diretrizes, fins e objetivos, estabelecidos pelas Convenções citadas e pelos documentos delas emanados através do ICOMOS, IUCN, ICOM, IFLA e outros organismos reconhecidos pelas diversas Convenções e países signatários.

Considera-se que a constituição da presente associação, denominada “**Associação das Fortalezas Abaluartadas da Raia - AFAR**”, como pessoa coletiva de direito público, nos termos da Carta Europeia de Autonomia Local, da Convenção-quadro para a Cooperação entre Comunidades ou Autoridades Territoriais (especialmente o art.º 10.º) e da Lei n.º 36/2021, de 14 de junho - Lei-quadro do Estatuto de Utilidade Pública / Governo Português, sendo essencial para a gestão do património FAR, para a qual se propõe os seguintes estatutos.

À consideração Superior,

Técnico Superior de Arqueologia **Belisa Vilar Pereira**_____

**ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DAS FORTALEZAS ABALUARTADAS DA RAIA - AFAR
(Proposta)
PREÂMBULO**

CONSIDERANDO:

I. Que ao longo de 1319 km se consolidou a memória e a identidade da fronteira em vigor mais antiga da Europa, formalizada pela série de tratados que vão desde 1143 (Tratado de Zamora) a 1925 (Tratado de Lisboa), passando pelos fundamentais Tratados de Alcañices (1297) e de Lisboa (1668);

II. Que, passado o tempo da sua funcionalidade como instrumentos de defesa, passou a valorizar-se o património das fortificações que organizam a paisagem, nas quais se revê a cultura raiana Luso-Espanhola, como testemunhos de um processo histórico de excepcional valor técnico, científico, estético e simbólico, posteriormente expandindo os modelos desenhados na Península Ibérica por todo o planeta;

III. Que a seleção das três fortificações inaugurais do Bem em série “Fortalezas Abaluartadas da Raia” é especialmente representativa do sistema defensivo, constituindo obras especialmente significativas do Valor Universal Excepcional do Bem, pelos seus atributos e características, associados à sua autenticidade e integridade;

A T A N.º 15/2025

IV. Que o Bem proposto em conjunto pelos Municípios de Almeida, Marvão e Valença para figurar na Lista do Património Mundial da Unesco, de acordo com os Parágrafos 129-132 das “*Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial*”, pressupõe a coordenação transversal dos objetivos comuns entre Parceiros, mantendo-se cada um como responsável pela preservação do Sítio no seu território, de acordo com a legislação em vigor;

V. Que se trata de um Bem em série, implicando diferentes administrações e pessoas coletivas com interesses comuns, atual ou futuramente associadas, dispondo de capacidade para contribuir para a preservação do Bem em série no conjunto dos seus sistemas componentes, conservando os seus valores, atributos e características, assim como para a requalificação e valorização dos mesmos como recursos de primeira ordem;

VI. O interesse de pessoas coletivas portuguesas ou espanholas, físicas e jurídicas, em se associarem para os fins e objetivos estabelecidos nesta Associação e, fundamentalmente, para garantir a gestão sustentável do Bem “*FAR - Fortalezas Abaluartadas da Raia*”;

VII. O direito das autoridades locais e das outras entidades de direito público ou privado de se associarem para o desempenho de tarefas que contribuam para uma melhor gestão do Bem classificado pela UNESCO, de acordo com a Convenção do Património Mundial de 1972;

VIII. Que as Autarquias Locais têm o direito de cooperar e colaborar, no respetivo quadro legal, associando-se entre si e/ou com Associações Locais e outras entidades de direito público ou privado para o desempenho de tarefas de interesse comum adstritas ao dito Bem;

IX. Que a importância do Bem “*FAR*” no desenvolvimento sustentável das regiões, na preservação da cultura raiana e no desenvolvimento social, económico e ambiental dos territórios na envolvente dos diversos sítios componentes, implica o comprometimento, no respeito das competências e responsabilidades de cada um, na coordenação das ações entre todos os seus membros e junto das Entidades nacionais, regionais e locais com responsabilidades nos territórios dos diferentes componentes da série;

X. A Convenção do Património Mundial, Cultural e Natural da UNESCO, como compromisso internacional criado na décima sétima sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, reunida em Paris de 17 a 21 de outubro de 1972, tendo Portugal depositado o instrumento de ratificação da Convenção em 1980;

XI. A Convenção do Património Imaterial adotada pela UNESCO em 2003, que reconhece e protege as

A T A N.º 15/2025

tradições, os saberes, os modos de fazer, as formas de expressão, celebrações, festas, danças populares, lendas, músicas, costumes e outras expressões culturais;

XII. As diretrizes do programa Memória do Mundo (UNESCO, 2002), que protege o património documental, garantindo a sua preservação e proteção para toda a Humanidade, com todo o respeito pelos hábitos e práticas culturais, facilitando o acesso e difusão dos mesmos, e dos valores que representam, de forma permanente e sem obstáculos;

XIII. A oportunidade e a exigência, derivada das ditas Convenções, de elaborar, aprovar e colocar em prática um Plano de Gestão, que garanta objetivos comuns e o desenvolvimento do Bem como um todo, promovendo ações para a sua proteção, conservação e requalificação, e para o seu conhecimento, difusão, melhor aproveitamento, monitorização e manutenção sustentável, de acordo com as diretrizes específicas da UNESCO e os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

XIV. Que o objetivo principal do Plano de Gestão será a preservação desses conjuntos e sua valorização, de acordo com as Leis e Normas aplicáveis bem como com as recomendações, cartas patrimoniais, diretrizes, fins e objetivos, estabelecidos pelas Convenções citadas e pelos documentos delas emanados através do ICOMOS, IUCN, ICOM, IFLA e outros organismos reconhecidos pelas diversas Convenções e países signatários;

XV. Que espelham um passado histórico comum que os une e solenemente reafirmam,

DELIBERAM:

- Constituir uma associação, doravante denominada “**Associação das Fortalezas Abaluartadas da Raia - AFAR**”, como pessoa coletiva de direito público, nos termos da Carta Europeia de Autonomia Local, da Convenção-quadro para a Cooperação entre Comunidades ou Autoridades Territoriais (especialmente o art.º 10.º) e da Lei n.º 36/2021, de 14 de junho - Lei-quadro do Estatuto de Utilidade Pública / Governo Português, para a qual se estipulam, em continuação, os correspondentes Estatutos.

ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DAS FORTALEZAS ABALUARTADAS DA RAIA - AFAR

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Denominação

De acordo com as disposições do artigo 10.º da Carta Europeia de Autonomia Local e Convenção-quadro

A T A N.º 15/2025

Europeia para a Cooperação Transfronteiriça entre comunidades ou autoridades territoriais e com base na legislação vigente sobre Associações de Municípios, constitui-se a **Associação das Fortalezas Abaluartadas da Raia - AFAR**.

Artigo 2.º

Domicílio Sede

A Associação estabelece o seu domicílio na sede da Secretaria Permanente da Associação, situada nas Portas Exteriores de Santo António, 6350 - 234 Almeida – Portugal.

Artigo 3.º

Duração e composição

A AFAR constitui-se por tempo indeterminado, terá personalidade jurídica própria e será composta pelos Municípios que, estando incluídos no seu âmbito territorial e material, o decidirem voluntariamente.

Artigo 4.º

Âmbito

1. A AFAR constitui-se com carácter aberto e plural, a partir da primeira candidatura das Fortalezas Abaluartadas da Raia como Bem em série da Lista do Património Mundial da UNESCO.
2. A Associação é de âmbito nacional e internacional, e integra municípios relacionados com componentes da rede de sítios da Raia Luso-espanhola classificados pela UNESCO.

Artigo 5.º

Fins da AFAR

Constituem fins da “AFAR”:

- a) Preservar os bens componentes e também os complementares que configuram o total do sistema de defesa da fronteira Luso-espanhola, valorizando os elementos ou conjuntos de maior valor, assim como as suas paisagens;
- b) Requalificar a envolvente social, económica e ambiental das fortificações e seus conjuntos defensivos, em ordem a garantir um desenvolvimento sustentável alinhado com os objetivos da UNESCO;
- c) Difundir e promover o conhecimento das FAR, dos seus valores, atributos e características, assim como do património imaterial e documental associado, fomentando o reconhecimento mundial desses Bens;
- d) Monitorizar os bens de acordo com os indicadores da UNESCO, de modo a garantir a preservação e os seus componentes num contexto de desenvolvimento e de participação da sociedade civil, como um todo;
- e) Integrar as políticas públicas e as iniciativas privadas, participando numa gestão conjunta, com vista à máxima eficácia do modelo a ser implementado para salvaguarda do Bem.

Objetivos principais da AFAR

Artigo 6.º

Bem em série

A T A N.º 15/2025

1. O Bem denominado “Fortalezas Abaluartadas da Raia” é formado pelos monumentos, conjuntos e sítios mais representativos e característicos do processo de construção da fronteira entre Portugal e Espanha, durante a etapa Moderna (fortificação abaluartada), assim como os seus elementos complementares, definidores da paisagem como sistema territorial patrimonial.

2. O Bem constitui-se como uma Série aberta ao alargamento da sua representatividade, a submeter aos critérios de aceitação pela UNESCO.

Artigo 7.º

Componentes representativos da Raia

1. As fortificações da Praça-forte de Almeida, Fortaleza de Marvão e Fortaleza de Valença, são os elementos representativos do sistema abaluartado e encabeçam a primeira fase da Série.

2. São elementos naturais da representatividade da Raia as fortificações abaluartadas que tiveram anterior classificação como Património Mundial, ficando ao seu critério pertencer à AFAR.

Artigo 8.º

Objetos e Meios de Ação

1. Constituem objetivos principais da AFAR:

- a) A avaliação da universalidade e excecionalidade de novos componentes do Bem e da sua autenticidade e integridade;
- b) O acompanhamento da expansão da série inscrita na Lista do Património Mundial.

2. A AFAR será responsável por:

- a) Servir de contacto no relacionamento com o “*World Heritage Center*” e o “Comité do Património Mundial” para todas as questões relativas ao Bem em série;
- b) Acompanhar a gestão integrada do sistema defensivo abaluartado da Raia, servindo como plataforma para a apresentação e avaliação de aspetos de conservação, bem como metodologias de monitorização relativas ao Bem;
- c) Implementar o Plano de Gestão, que incorpora o Dossier de Candidatura à Lista do Património Mundial.
- d) Elaborar os relatórios de acompanhamento e avaliação a remeter à UNESCO;
- e) Prestar assistência técnica aos associados para a conservação, gestão e apresentação ao público do seu património abaluartado, de acordo com o Plano de Gestão do Bem;
- f) Organizar e desenvolver ou participar em atividades e ações a favor do estudo, da conservação e da apresentação pública do património abaluartado e seus valores.
- g) Promover os elementos integrantes das FAR, com vista à promoção dos valores culturais e sociais das Comunidades e da valorização do património;
- h) Captar recursos públicos ou privados para a conservação do património abaluartado da Raia, mantendo-se nos respetivos Municípios uma interação com os proprietários dos imóveis classificados de forma a assegurar as ações de conservação e restauro que lhes estão legalmente

A T A N.º 15/2025

imputadas;

i) Promover sítios integrantes do Bem em série, com vista à repercussão direta no incremento do turismo e no aumento da atividade económica nos respetivos territórios;

j) Criar uma rota turística que visa a promoção das Fortificações Abaluartadas da Raia, como uma rota creditada pela UNESCO;

k) Melhorar o conhecimento, a difusão e a promoção do Bem, sendo a AFAR responsável pela realização das seguintes atividades:

i. Jornadas Técnicas sobre o Património Abaluartado, desde perspetivas científicas, culturais, sociais, educativas, etc.;

ii. Simpósio ou Congresso da Associação, a realizar com periodicidade máxima de dois anos;

iii. Um programa de educação patrimonial que será integrado no programa escolar dos estabelecimentos de ensino primário das localidades FAR, despertando o interesse pela história e a preservação do património nas gerações futuras;

iv. Outras que se estimem oportunas para a obtenção dos fins da Associação, sempre que estas sejam previamente aprovadas pelos Órgãos da Associação.

CAPÍTULO II

Dos Associados

Artigo 9.º

Associados

1. Todos os associados presentes e futuros são considerados efetivos e com direitos e deveres iguais.
2. Os atuais associados, porque outorgaram a escritura de constituição, são designados por associados fundadores.

Artigo 10.º

Admissão

1. Podem ser admitidos como associados os Municípios que se mostrem interessados em integrar a presente associação, nos termos dos presentes estatutos, desde que sejam:

a) Municípios que venham a incorporar a lista das FAR / UNESCO;

b) Municípios com um Bem constante da Lista do Património Mundial, que integrem património abaluartado;

c) Municípios que albergam significativos testemunhos de património abaluartado, com trabalho desenvolvido na pesquisa e produção de informação histórica e técnica, bem como na recuperação e reabilitação, admitidos após avaliação do dossier demonstrativo do seu interesse nos fins da AFAR.

2. Os interessados deverão solicitar a sua admissão como associados, competindo à Direção a decisão sobre o pedido, com recurso para a Assembleia Geral, a interpor pelo próprio ou por qualquer associado.

Artigo 11.º

Quotas

A T A N.º 15/2025

1. O valor das quotas por sócio, cujo pagamento é obrigatório, é de carácter anual e determinado de acordo com a programação aprovada anualmente.
2. As quotas serão efetivadas no primeiro trimestre de cada ano, começando a partir da constituição da Associação.
3. O pagamento da quota será efetuado por transferência bancária para o número de conta da Associação.
4. Os Sócios Honorários estão isentos do pagamento de quotização.

Artigo 12.º

Direitos e Deveres dos Associados

1. Constituem direitos dos associados:
 - a) Eleger e ser eleito para os órgãos da Associação;
 - b) Tomar parte e votar nas Assembleias Gerais;
 - c) Exercer os poderes previstos nos presentes Estatutos e nos Regulamentos Internos;
 - d) Participar nas atividades organizadas pela Associação;
 - e) Usufruir de todas as vantagens e benefícios que a Associação possa obter;
 - f) Receber informação sobre as deliberações tomadas pelos Órgãos da Associação;
 - g) Fazer sugestões aos membros da Direção com vista ao melhor cumprimento dos fins e objetivos da Associação;
 - h) Candidatar-se, por intermédio da AFAR, a quaisquer financiamentos no âmbito da promoção turística e educação patrimonial das FAR.
2. Os Sócios Fundadores têm direito a voto de qualidade em caso de empate nas deliberações.
3. São obrigações dos associados:
 - a) Cumprir os presentes estatutos e as deliberações da Assembleia e da Direção;
 - b) Pagar com regularidade as quotas e outras contribuições fixadas em Assembleia Geral;
 - c) Assistir às Assembleias e outros atos da AFAR;
 - d) Exercer as funções/obrigações inerentes a eventuais cargos que ocupem.

Artigo 13.º

Suspensão da Qualidade de Associado

1. Ficam automaticamente suspensos do exercício dos seus direitos sociais dos associados que se encontrem em mora, por mais de 12 meses, no pagamento das suas quotas e de outras dívidas para com a Associação.
2. A suspensão será comunicada ao associado remisso, fixando-lhe o prazo de 6 meses para pagar o montante da dívida ou justificar a falta de pagamento, sob pena de perder a sua qualidade de associado.

Artigo 14.º

Perda da Qualidade de Associado

1. São causas de perda de qualidade de associado:
 - a) A vontade expressa do associado por comunicação escrita dirigida à Direção, após aprovação em

A T A N.º 15/2025

Assembleia Geral;

b) A perda da sua qualidade jurídica por dissolução ou qualquer outra forma de extinção;

c) A expulsão proposta pela Direção e aprovada por maioria em Assembleia Geral tomada com base nos seguintes fundamentos:

i. Violação dos deveres estatutários;

ii. Desobediência injustificada às deliberações legalmente tomadas pelos órgãos da AFAR;

iii. Não pagamento da quota e de outras contribuições fixadas em Assembleia Geral, por prazo superior a 24 meses.

2. A AFAR, antes de exclusão de qualquer associado, terá de efetuar um aviso por escrito, fundamentando a sua pretensão, tendo o associado um prazo de 10 dias úteis para se pronunciar, igualmente por escrito, sobre a sua exclusão.

3. A decisão de perda de qualidade de associado é tomada pela Assembleia Geral, por sua iniciativa ou sob proposta da Direção.

**CAPÍTULO III
Dos Órgãos Sociais**

Artigo 15.º

Órgãos Sociais

1. A Associação, para o desempenho das suas funções, contará com os seguintes Órgãos, eleitos pela Assembleia Geral da AFAR:

a) Assembleia Geral;

b) Direção;

c) Conselho Fiscal.

2. Os titulares eleitos dos órgãos sociais efetivos e substitutos, bem como da Mesa da Assembleia Geral, são eleitos pelo período correspondente ao mandato autárquico, sendo permitida a reeleição por períodos idênticos.

3. A posse dos titulares eleitos é dada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

4. Findo o prazo do mandato ou no caso de demissão, os respetivos titulares manter-se-ão até à tomada de posse dos novos membros.

Artigo 16.º

Secretariado e Comissão Técnica

1. A Associação dispõe ainda de um Secretariado e de uma Comissão Técnica afetos à Direção e por esta designados sob proposta dos Municípios.

2. Os membros do Secretariado e da Comissão Técnica são nomeados pela Direção.

Artigo 17.º Eleição dos Órgãos Sociais

1. A eleição dos titulares dos órgãos sociais é feita em votação pessoal, por listas plurinominais,

A T A N.º 15/2025

conjuntas, onde deverão estar incluídos os candidatos para a Direção, Mesa da Assembleia Geral e Conselho Fiscal, bem como os respetivos suplentes.

2. A apresentação das candidaturas deverá ser feita ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral em funções, até 8 dias antes da data marcada para a realização das eleições, e por ele afixadas na sede da Associação.

3. O desempenho de funções nos órgãos sociais é gratuito.

4. Os Municípios eleitos para o exercício de cargos nos órgãos sociais indicarão o seu representante para o efeito.

5. Nenhum dos Municípios associados poderá estar representado em mais do que um órgão social ou cargo social efetivo.

6. Os representantes designados pelos Municípios serão substituídos, por nova indicação destes.

7. O direito de ser eleito para cargos sociais pertence exclusivamente aos associados que têm o pagamento das suas quotas regularizado.

SECÇÃO I

Assembleia Geral

Artigo 18.º

Composição e Funcionamento

1. A Assembleia Geral (AG) é constituída por todos os municípios associados, nela tendo cada associado direito a um voto único.

2. Os Municípios intervirão na Assembleia Geral através de um único representante.

3. A Assembleia Geral funciona nos termos previstos no art.º 175 do Código Civil.

4. As deliberações respeitantes à eleição dos titulares dos órgãos sociais, bem como as que envolvam juízos de valor sobre as pessoas, são tomadas por escrutínio secreto.

5. Das reuniões da Assembleia Geral serão lavradas atas em livros próprios.

Artigo 19.º

Sessões

1. A Assembleia Geral reúne em sessões ordinárias ou extraordinárias.

2. Em sessão ordinária, a Assembleia Geral reunirá duas vezes em cada ano. Uma, até 31 de março, para discussão e votação de Relatório, Balanço e Contas do exercício, apresentados pela Direção e com Parecer do Conselho Fiscal, outra, até 30 de novembro, para discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano seguinte.

3. As sessões extraordinárias realizar-se-ão por iniciativa do Presidente da Mesa ou a pedido do Presidente da Direção ou do Conselho Fiscal ou, ainda, através de requerimento assinado pela metade dos associados.

Artigo 20.º

Mesa

A T A N.º 15/2025

1. A Assembleia Geral é dirigida por uma mesa composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretário eleitos pela Assembleia Geral.
2. Ao Presidente compete convocar a Assembleia Geral, presidir às sessões e dirigir os trabalhos, sendo substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo Vice-Presidente.
3. Ao Secretário compete lavrar as atas das reuniões da Assembleia Geral.
4. Faltando algum dos membros da Mesa numa reunião da Assembleia Geral, esta, sem prejuízo do disposto nos números anteriores, escolherá o(s) substituto(s), cujas funções terminaram no final da reunião.

Artigo 21.º

Convocatória

1. As convocatórias das Assembleias Gerais serão efetuadas por escrito, através de carta registada com aviso de receção ou outro meio eletrónico de comunicação de dados, que conste na ficha de associado, com pelo menos 8 dias de antecedência, nas quais deve constar o local, dia e hora da reunião, assim como a Ordem de Trabalhos.
2. Para as Assembleias Gerais em que haja eleições para os cargos dos órgãos sociais, a antecedência mínima de envio será de 15 dias.

Artigo 22.º

Quorum

1. Se à hora marcada na convocatória não estiverem presentes, pelo menos metade dos associados, a Assembleia Geral reunirá meia hora depois, com o número de presentes.
2. Em reunião extraordinária requerida pelos sócios, a Assembleia Geral só funcionará se estiverem presentes pelo menos três quartos dos requerentes.

Artigo 23.º

Votações

1. As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria absoluta de votos, exceto nos casos dos números seguintes:
 - a) As deliberações sobre alteração dos estatutos ou exclusão de sócios exigem o voto favorável de três quartos dos membros presentes.
 - b) As deliberações sobre a extinção da AFAR requerem o voto favorável de três quartos de todos os membros da Associação.
 - c) As deliberações resultarão da maioria simples das pessoas presentes ou representadas, quando os votos favoráveis sejam superiores aos desfavoráveis, não se contando, para este efeito, os votos nulos, em branco e as abstenções.

Artigo 24.º

Competências

1. Competências genéricas:

A T A N.º 15/2025

a) Todas as deliberações não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos órgãos sociais.

2. Competências específicas:

- a) Eleger e destituir os titulares dos cargos dos órgãos sociais e a Mesa da Assembleia;
- b) Apreciar e votar anualmente o Relatório, Balanço e Contas do exercício, apresentados pela Direção, bem como o Parecer do Conselho Fiscal;
- c) Apreciar e votar anualmente o Plano de Atividades e o Orçamento para o ano seguinte;
- d) Aprovar os Estatutos e as suas alterações e aprovar e alterar dos Regulamentos Internos e suas alterações;
- e) Funcionar como instância de recurso relativamente à admissão e demissão de associados;
- f) Suspender ou excluir associados;
- g) Fixar as quotas a pagar pelos sócios;
- h) Autorizar que sejam demandados os titulares dos órgãos sociais, gerentes e outros mandatários, por atos praticados no exercício das suas funções;
- i) Votar a dissolução da AFAR;
- j) Destituir, sob proposta da Direção, a Direção não será o Secretariado e a Comissão Técnica;
- k) Aprovar a modificação dos limites do Bem ou de Buffer zones, ou a incorporação de conjuntos ou elementos novos;
- l) Aprovar a revisão do Plano de Gestão;
- m) Aprovar a implementação de Estratégias de Preservação e Requalificação;
- n) Debater Planos de Conservação e Valorização das Fortalezas;
- o) Debater Planos de Desenvolvimento Turístico;
- p) Debater Planos de Estrutura ou de Gestão de cada membro;
- q) Implementar estratégias de preservação, conservação e requalificação das fortificações abaluartadas com vista ao reforço do seu papel e significado;
- r) Preparação de encontros e de um Congresso bi-anual.

Artigo 25.º

Deliberações Anuláveis

São anuláveis todas as deliberações tomadas sobre assuntos alheios ao fim da AFAR ou sobre quaisquer outros que não constem na ordem do dia, salvo, quanto a estes, se, estando presentes todos os membros da Associação, estes concordarem, por unanimidade, com a respetiva inclusão.

SECÇÃO II

Direção

Artigo 26.º

Definição e Composição

- 1. A Direção é o órgão executivo da AFAR;
- 2. A Direção é composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e dois

A T A N.º 15/2025

Vogais;

3. O Presidente, Vice-Presidente e um dos Vogais serão eleitos juntamente com os restantes órgãos sociais mediante a apresentação de uma lista nos termos do Artigo 14.º;
4. Compete ao Presidente presidir às reuniões destes órgãos, convocar as reuniões extraordinárias e representar a Associação;
5. Todos os cargos que compoñham a Direção serão gratuitos, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral e renovar-se-ão de quatro anos em quatro anos, correspondente à duração dos mandatos autárquicos, segundo lista a sufrágio na Assembleia Geral Ordinária composta pelos seus sócios.
6. Estes cargos serão ocupados por representantes de Municípios vinculados aos fins da AFAR e apenas poderão fazer parte da Direção os Sócios com Classificação de Património Mundial.
7. Os membros da Direção têm, cumulativamente, de:
 - a) Ser maiores de idade;
 - b) Estar em pleno uso dos seus direitos civis;
 - c) Estar formalmente autorizados pela instituição que representam;
 - d) Não ter qualquer incompatibilidade, ao abrigo da legislação em vigor.

Artigo 27.º

Competências

1. À Direção compete, nomeadamente:
 - a) Propor alterações aos Estatutos e Regulamentos Internos e velar pela execução e cumprimento dos mesmos, e das deliberações dos órgãos sociais;
 - b) Admitir os associados e propor a sua exclusão;
 - c) Solicitar a convocação da Assembleia Geral;
 - d) Elaborar e submeter ao parecer do Conselho Fiscal e à apreciação e votação da Assembleia Geral, o Relatório, Balanço e Contas do Exercício, bem como o Plano de Atividades e Orçamento para o ano seguinte;
 - e) Admitir e gerir o pessoal;
 - f) Designar os membros da Comissão Técnica e do Secretariado.
2. À Direção compete, ainda, ratificar a prévia apresentação em Assembleia Geral de:
 - a) Relatório anual ou plurianual para a UNESCO;
 - b) Alterações pontuais do Plano de Gestão;
 - c) Planos de Monitorização de cada Fortaleza do Bem;
 - d) Planos de Conservação e Valorização das fortalezas, incluindo Comunicação e Marketing, Serviços Educativos, Desenvolvimento Turístico, Formação de Recursos Humanos ou Investigação Científica.

Artigo 28.º

Reuniões e votações

A T A N.º 15/2025

1. A Direção reúne regularmente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que o Presidente a convoque, por sua iniciativa ou a pedido da maioria dos seus membros.
2. As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos titulares presentes, tendo o Presidente direito a voto de qualidade.
3. Os membros da Direção podem fazer-se representar nas reuniões às quais não possam comparecer, mediante a entrega de declaração de representação.

Artigo 29.º

Presidente e Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro e Vogais

1. Ao Presidente da Direção compete:
 - a) Representar legalmente a Associação perante todos os organismos públicos ou privados;
 - b) Convocar, presidir e encerrar as sessões da Direção;
 - c) Ordenar pagamentos e autenticar, com a sua assinatura, os documentos, atas e correspondência;
 - d) Adotar medidas urgentes de gestão da Associação e suas atividades, no estrito respeito e para prossecução dos seus fins e objetivos, sem prejuízo de, posteriormente, delas dar conhecimento à Direção.
2. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências, assumindo as mesmas competências.
3. O Secretário terá a seu cargo a direção dos trabalhos administrativos da Associação, sendo responsável, nomeadamente, pela expedição de certificações, pela atualização dos ficheiros dos sócios e pela gestão da documentação da entidade.
4. Ao Secretário caberá também proceder à comunicação^{4s} sobre a designação das direcções e demais acordos sociais inscritos nos registos correspondentes, assim como o cumprimento das obrigações documentais nos termos que legalmente correspondam.
5. O Tesoureiro é responsável pela gestão dos fundos pertencentes à Associação e dará cumprimento às ordens de pagamento expedidas pelo Presidente da Direção.
6. Os Vogais terão as obrigações próprias do seu cargo como membros da Direção, assim como as que nasçam das delegações ou comissões de trabalho que a própria Direção lhes atribuir.
7. As vagas que possam ocorrer durante o mandato serão preenchidas provisoriamente por outros membros da Direção, até à eleição definitiva de substituto em Assembleia Geral Extraordinária convocada para o efeito.

Artigo 30.º

Representação e responsabilidades

1. A Associação fica obrigada perante terceiros, em todos os negócios e contratos e em atos de qualquer natureza, designadamente nos que envolvam responsabilidade, mediante a intervenção ou assinatura de 2 membros da Direção, devendo uma ser do Presidente e a outra de um tesoureiro.
2. Nos atos de mero expediente, basta a assinatura do Presidente ou do Vice-Presidente da Direção.

SECCÃO III

A T A N.º 15/2025

Conselho Fiscal

Artigo 31.º

Composição

1. O Conselho Fiscal é composto por três membros, um Presidente, um Vice-Presidente e um Vogal.
2. As deliberações serão tomadas por maioria dos votos dos seus membros.

Artigo 32.º

Competências

Ao Conselho Fiscal compete, designadamente:

- a) Examinar, sempre que julgue conveniente, a escrita, a documentação e valores da Associação;
- b) Emitir parecer sobre o Relatório, Balanço e Contas do exercício e sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o ano seguinte;
- c) Solicitar a convocação da Assembleia Geral;
- d) Verificar o cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos da Associação.

Artigo 33.º

Reuniões

O Conselho Fiscal reúne regularmente uma vez por semestre e extraordinariamente sempre que o Presidente faça uma convocatória, por sua iniciativa ou a pedido da maioria dos seus membros.

CAPÍTULO IV

Regulamento Interno

Artigo 34.º

Regulamento

As disposições destes estatutos poderão ser completadas por meio de regulamento(s) interno(s).

CAPÍTULO V

Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 35.º

Receitas

As receitas da AFAR terão as seguintes proveniências:

- a) Quotas dos associados;
- b) Comparticipações de organismos públicos;
- c) Donativos;
- d) Quaisquer outras, permitidas por lei.

SECÇÃO IV

Comissão Técnica

Artigo 36.º

º Órgão Consultivo

1. A Comissão Técnica constitui-se como um Órgão Consultivo da Direção e é composta por um ou mais

A T A N.º 15/2025

elementos de cada Município, com paridade entre municípios sempre que o número final assim o possibilite.

2. A Comissão Técnica pode ainda ser constituída por pessoas coletivas ou singulares, nacionais ou estrangeiras, que prossigam atividade de grande relevância no domínio da promoção do valor patrimonial das fortificações abaluartadas.

3. Competências da Comissão Técnica:

- a) As funções serão sempre gratuitas.
- b) Os membros da Comissão Técnica serão designados pela Direção, tendo em conta as propostas dos Municípios, e renovar-se-ão de quatro em quatro anos.
- c) A Comissão Técnica deverá ter uma abrangência multidisciplinar nas diversas áreas do património cultural, bem como integrar personalidades da sociedade civil.
- d) A Comissão Técnica poderá organizar subcomissões de trabalho para assuntos específicos.
- e) A Comissão deverá contar com um Coordenador para o desenvolvimento das atividades, escolhido por comum acordo entre os seus integrantes.
- f) A Comissão deverá fomentar o estabelecimento de parcerias para a divulgação e promoção do património histórico conjunto e para o desenvolvimento de projetos estratégicos.
- g) A Comissão poderá promover encontros, pesquisas e estudos científicos sobre arquitetura militar e outras temáticas associadas à história e cultura raiana com interesse para o Bem das FAR.

Artigo 37.º

Funções da Comissão Técnica

São funções da Comissão Técnica:

- a) Propor à direção a criação de subcomissões técnicas;
- b) Emitir um Relatório de Análise com proposta de parecer, relativo à apresentação de dossier de candidatos a membros da AFAR;
- c) Redigir e propor à Direção o Relatório anual ou plurianual para a UNESCO sobre o Bem em série das FAR;
- d) Recomendar, propor, acompanhar e monitorizar os Planos, Projetos e Ações propostos no Plano de Gestão do Bem, para garantir a proteção, conservação e gestão dos atributos que atestem o valor universal excepcional;
- e) Pronunciar-se sobre a revisão do Plano de Gestão;
- f) Propor a realização de encontros científicos, culturais ou educativos, em benefício da Associação, possibilitando a geração de conhecimento sobre o Património Abaluartado.
- g) Supervisionar, dentro do Sítio inscrito, as ações previstas no Plano de Gestão, bem como os projetos previstos para implantação no prazo de cinco anos, que deverão ser revistos e avaliados anualmente, com vistas à sua atualização e reorientação, se necessário;
- h) Recomendar formações de agentes para divulgação e compreensão do Sítio inscrito na Lista do

A T A N.º 15/2025

Património Mundial.

SECÇÃO V

Secretariado

Artigo 38.º

Secretariado

1. O Secretariado será o Órgão de apoio administrativo da Associação, cabendo-lhe assegurar o desenvolvimento e o correto funcionamento administrativo e técnico da mesma.
2. Terá a sua sede no domicílio da AFAR.

Artigo 39.º

Pessoal do Secretariado

1. O Secretariado estará dotado de pessoal suficiente para garantir o seu funcionamento, sendo designado pela Direção.
2. Os membros do Secretariado estarão vinculados contratualmente à AFAR da forma que seja legalmente determinada pelos seus Órgãos.

CAPÍTULO VI

Disposições Finais

Artigo 40.º

Lacunas e Omissões

No que estes estatutos sejam omissos rege o regulamento geral interno e a demais legislação em vigor.” _____

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a constituição da Associação, os seus estatutos e a sua submissão à aprovação da Assembleia Municipal.

PONTO 3 – CONTRATOS PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ADITAMENTOS – Acerca do assunto foram presentes dois aditamentos aos contratos programa celebrados com o Grupo Desportivo Ganfeense e com o Basket Clube de Valença, que se transcrevem para todos os efeitos legais:

“Aditamento ao Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo

Entre:

Município de Valença, com o NIPC 506 728 897, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, José Manuel Vaz Carpinteira, com poderes para o ato por deliberação camarária de 25 de outubro de 2021, doravante designado por Município;

E o Grupo Desportivo Ganfeense, com o NIF 501 262 598, neste ato representado por Fábio Miguel

A T A N.º 15/2025

Abreu Correia, na qualidade de Presidente da Direção, com poderes para o ato conferidos por deliberação da ata de tomada de posse datada de 28/01/2023, doravante designado por Associação.

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente aditamento tem por objeto o reforço da comparticipação financeira atribuída ao Grupo Desportivo Ganfeense ao abrigo do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo celebrado em março de 2025, tendo em conta a necessidade de fazer face a despesas imprevistas associadas à realização da atividade “Noites do Santo”, não previstas no plano inicial.

Cláusula 2.ª

Justificação

A realização da referida atividade originou encargos adicionais que não estavam inicialmente previstos.

Cláusula 3.ª

Alteração à Cláusula 3.ª

A Cláusula 3.ª do Contrato-Programa passa a ter a seguinte redação:

“A comparticipação financeira de natureza pecuniária a prestar pelo Município ao Grupo Desportivo Ganfeense passa a ser de 8.500€ (oito mil e quinhentos euros), sendo 3.500€ - montante inicial + 5.000€ - montante adicional.

Cláusula 4.ª

Regime jurídico

Mantêm-se em vigor todas as cláusulas do contrato-programa original que não se encontrem expressamente alteradas pelo presente aditamento.

Cláusula 5.ª

Entrada em vigor

O presente aditamento entra em vigor na data da sua assinatura por ambas as partes.

Valença,

O Presidente da Câmara Municipal José Manuel Vaz Carpinteira

O Presidente da Direção Fábio Miguel Abreu Correia” _____

Aditamento ao Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo

Entre:

O Município de Valença, com o NIPC 506 728 897, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, José Manuel Vaz Carpinteira, com poderes para o ato por deliberação camarária de 25 de outubro de 2021, doravante designado por Município;

E

A T A N.º 15/2025

O Basket Clube de Valença, com o NIF 504 927 469 neste ato legalmente representado por Carl Michael da Costa, na qualidade de Presidente da Direção, titular do cartão de cidadão n.º 31768871, válido até 24/11/2030, com poderes para o ato conferidos por deliberação da ata de março de 2024, doravante designado por Basket Clube de Valença.

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente aditamento tem por objeto a atribuição de um apoio financeiro extraordinário, no montante de 2.500€ (dois mil e quinhentos euros), ao Basket Clube de Valença, no âmbito do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo celebrado com o Município em março de 2025, para fazer face a despesas imprevistas associadas ao apoio logístico prestado às Seleções Nacionais de Sub-15 Masculinas e Femininas de Basquetebol, no estágio que decorreu em Valença entre 3 e 13 de julho de 2025.

Cláusula 2.ª

Justificação

O Basket Clube de Valença colaborou ativamente com a Federação Portuguesa de Basquetebol na receção e apoio às Seleções Nacionais, prestando serviços de logística, alojamento, alimentação, transporte, material desportivo e assistência médica. Este apoio, não previsto no plano de atividades anual, originou encargos inesperados.

A atividade constituiu uma mais-valia para o Município, contribuindo para a sua visibilidade e promoção desportiva a nível nacional.

Cláusula 3.ª

Alteração à Cláusula 3.ª

A Cláusula 3.ª do Contrato-Programa passa a ter a seguinte redação:

“A comparticipação financeira de natureza pecuniária a prestar pelo Município ao Basket Clube de Valença passa a ser de 24.500€ (vinte e quarto mil e quinhentos euros), sendo 22.000€ - montante inicial + 2.500€ - montante adicional.

Cláusula 4.ª

Regime jurídico

Mantêm-se em vigor todas as cláusulas do contrato-programa original que não se encontrem expressamente alteradas pelo presente aditamento.

Cláusula 5.ª

Entrada em vigor

O presente aditamento entra em vigor na data da sua assinatura por ambas as partes.

Valença,

O Presidente da Câmara Municipal José Manuel Vaz Carpinteira

O Presidente da Direção Carl Michael da Costa. _____

A T A N.º 15/2025

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os transcritos aditamentos.

PONTO 4 – ISENÇÃO DE TAXAS – Nos termos do disposto no n.º3 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação e n.º4 do artigo 13.º do Regulamento das Taxas e Licenças em vigor no Município de Valença, a Câmara Municipal ratificou, por unanimidade, as isenções de taxas às seguintes entidades:

Ao Agrupamento Europeu de Interesse Económico, Alta Velocidade Espanha-Portugal para a realização de inquéritos e contagens ao Transporte Individual e Transporte Coletivo Rodoviário em vários pontos do Concelho e no Terminal Rodoviário de Valença;
Ao Núcleo Distrital de Viana do Castelo da EAPN Portugal/Rede Europeia Anti Pobreza a cedência do auditório da Biblioteca Municipal no passado dia 4 de julho;
A Adélio Leandro Pinheiro Torralvo a licença de recinto itinerante para a instalação do Circo Leandro's nos dias 26 e 27 de julho. _____

PONTO 5 – CONSOLIDAÇÃO INTERCARREIRAS – Acerca do assunto foi presente a proposta da Sra. Vereadora Ana Paula Xavier que se transcreve para todos os efeitos legais:

“PROPOSTA N.º 07/2025

Consolidação da Mobilidade

Considerando que:

O regime da mobilidade previsto na Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, doravante LTFP, aprovado em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação, nos artigos 92.º e seguintes estabelece as situações, modalidades e a forma de operar a mobilidade interna dos trabalhadores;

ALTFP foi alterada pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro – Orçamento do Estado para 2017 – revogou o n.º 11 do artigo 99.º e por sua vez, aditou o artigo 99ºA com a epígrafe “Consolidação da mobilidade intercarreiras ou intercategorias”.

Assim, com o aditamento do artigo 99º-A, a partir de 1 de janeiro de 2017, passou a ser legalmente admissível a consolidação da mobilidade intercarreiras ou intercategorias, desde que verificados, cumulativamente, os requisitos constantes dos n.ºs 1 e 2 do artigo 99º-A, a saber:

- a) Exista acordo do órgão ou do serviço de origem, quando exigido para a constituição da situação de mobilidade;
- b) Exista acordo dos trabalhadores;
- c) Existam postos de trabalho disponíveis;
- d) Quando a mobilidade tenha tido a duração do período experimental estabelecido para a carreira

A T A N.º 15/2025

de destino.

As premissas e fundamentos definidos no artigo 99º-A estão reunidos, uma vez que:

- Não houve necessidade de acordo do órgão ou serviço de origem para a constituição da mobilidade;
- Existe acordo dos trabalhadores;
- Os postos de trabalho encontram-se previstos no mapa de pessoal de 2025;
- A mobilidade, em causa, tem uma duração de 90 dias para o assistente operacional nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 49.º da LTFP.
- A mobilidade teve início a 1 de junho de 2023 sendo renovada, ao abrigo das disposições do Orçamento de Estado de 2024;
- Os trabalhadores são detentores dos requisitos habilitacionais legalmente exigidos para o recrutamento do posto de trabalho a ocupar e têm conhecimentos e experiência no exercício das funções que estão a desempenhar;
- No presente ano existe dotação orçamental, conforme declaração da Divisão Económica e Financeira.

O n.º3 em conjugação com o n.º 5 do artigo 99.ª-A determina que quando esteja em causa a mobilidade intercarreiras ou intercategorias no mesmo órgão ou serviço, a consolidação depende de proposta do respetivo dirigente máximo do órgão ou serviço e decisão do responsável pelo órgão executivo.

Atendendo ao exposto e considerando a delegação de competências conferida pelo despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara de 25 de outubro de 2021, proponho:

Que a Câmara Municipal autorize a consolidação definitiva da mobilidade da trabalhadora Ana Paula Rodrigues Pereira Fernandes.

Paços do Município, 21 de julho de 2025. A Vereadora com competência delegada (Despacho de Delegação de Competências de 25 de outubro de 2021) Ana Paula Vaz Almendra Xavier". _____

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a consolidação na carreira/categoria de assistente técnica da trabalhadora Ana Paula Fernandes. _____

PONTO 6 – DELIBERAÇÕES DIVERSAS:

A) RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA: A Câmara Municipal tomou conhecimento do resumo diário de tesouraria do dia 23 de julho com um total de disponibilidades de 3.020.981,09€ (três milhões vinte mil novecentos e oitenta e um

A T A N.º 15/2025

euros e nove cêntimos). _____

B) DESPACHOS PROFERIDOS PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL E PELOS VEREADORES MEDIANTE DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

– A Câmara Municipal tomou conhecimento dos despachos proferidos pela Exma. Sra. Vereadora Ana Paula Xavier no uso da subdelegação de competências conforme despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de 7 a 18 de julho corrente. _____

C) SUBSÍDIOS E TRANSFERÊNCIAS

– No uso da competência prevista na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, que permite deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à prossecução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, a Câmara Municipal, considerando reunidos os pressupostos para o efeito, deliberou, por unanimidade a concessão de um subsídio no montante de 2.000€ (dois mil euros) ao MontAtribulado para apoio no restauro de um edifício para sede da associação. _____

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Neste ponto verificou-se a intervenção do Sr. Armando Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Ganfei o qual após as saudações protocolares informar que já foi celebrada a escritura pública para aquisição da última parcela de terreno que faltava comprar em frente à capela de S. Teotónio e agradecer ao executivo o apoio financeiro concedido para essa aquisição. _____

PONTO 7 – APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

- Nos termos do n.º 3 do artigo 57º do Anexo I, aprovada pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, sendo a mesma lida e achada conforme e seguidamente assinada pelo Sr. Presidente da Câmara e pela secretária da presente reunião. _____

Terminados os trabalhos e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião pelas onze horas dez horas e trinta minutos da qual, para constar, se lavrou a presente ata composta por vinte e nove páginas. _____

A T A N.º 15/2025

O Presidente da Câmara Municipal,

José Manuel Vaz Carpinteira

A Chefe da Divisão Administrativa Geral

Paula Mateus